

**HABEAS CORPUS Nº 437.189 - SP (2018/0034387-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : ANTONIO DONATO**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MARCELO APARECIDO JULIO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCELO APARECIDO JULIO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2241638-05.2017.8.26.0000).

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, prisão posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 180, § 1º, e 288, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 62/67).

Segundo consta do Auto de Prisão em Flagrante, "*os indiciados associaram-se para o fim específico de cometer crimes e nesta data, agindo em concurso, mantinham em depósito, no exercício de atividade comercial clandestina e visando a venda, duas cargas produtos de roubo, uma delas composta por aproximadamente 720 sacos de açúcar, cada qual pesando 50 Kg (produto de roubo ocorrido na cidade de Santos, no dia 29/11/2017, conforme boletim de ocorrência nº 3360/17, elaborado pela Delegacia Seccional de Santos) e outra composta por cerca de 38.850 Kg de arroz, também disposta em diversos fardos (produto de roubo ocorrido no município de Extrema/MG em 09/11/2017, conforme registrado no boletim de ocorrência nº 6345/17 do Plantão Policial de Bragança Paulista)*" – e-STJ fl. 12.

Impetrado *habeas corpus* na origem, o Tribunal de Justiça denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 72):

*Habeas corpus Recepção e Associação Criminosa Pretensão de concessão de liberdade provisória Alegação de insuficiência da fundamentação da decisão que converteu a prisão em preventiva e de ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar - Decisão que decretou a prisão cautelar do paciente bem fundamentada Presentes os requisitos da prisão preventiva Decisão que manteve a prisão cautelar do paciente escorreita, entendendo estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva, não se mostrando suficientes as medidas cautelares diversas da prisão Crimes que, por sua natureza, gravidade e violência, demonstram a*

*personalidade deturpada do paciente, justificando a prisão cautelar para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal Eventuais condições favoráveis do paciente não garantem direito à liberdade provisória se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos constantes dos autos Insuficiência das cautelares diversas do cárcere no caso concreto - Inexistência de constrangimento ilegal Ordem denegada.*

No presente *writ*, afirma o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que determinou sua segregação cautelar seria nula, pois, "*em nenhum momento, o nobre magistrado faz alusão concreta a qual ou quais são as razões reais que o levam a determinar a prisão preventiva, nenhuma palavra concreta é proferida, possui forma de decisão, mas não possui conteúdo de decisão*" (e-STJ fl. 4).

Pondera a possibilidade de estabelecimento de medidas cautelares diversas e requer, liminar e definitivamente, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva decretada.

Liminar indeferida (e-STJ fls. 86/88) e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 114/118).

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. Informações extraídas do endereço eletrônico do Tribunal de origem noticiam a superveniência, em 10/1/2019, de sentença condenatória em desfavor do ora paciente.

Assim, fica sem objeto este *writ* à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTENHA A CUSTÓDIA CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Cediço que não cabe a interposição de embargos de declaração contra decisão monocrática que julga prejudicado recurso, mas, em consonância ao princípio da fungibilidade recursal, há que se*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

*receber esta irresignação como agravo regimental.*

*2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes.*

*3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.*

(EDcl no RHC 78.448/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017, grifei.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator